
Em busca da equidade de gênero

A questão de gênero no Brasil.

PENA, Maria Valério Junho; CORREIA, Maria C.; VAN BRONKHORST, Bernice.

Rio de Janeiro: Gráfica O Lutador, 2005.
171 p.

A questão de gênero no Brasil é um relatório que reúne dados e conclusões sobre algumas das questões relacionadas a gênero no país. Publicado em 2005, é uma versão que atualiza informações recolhidas em 1999 e publicadas pela primeira vez em 2003. Com patrocínio do Banco Mundial e tendo como colaboradores representantes do governo brasileiro e da Cepia (Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação), esse documento é de inteira responsabilidade de suas autoras – Maria Valério Junho Pena, cientista social líder do Departamento de Desenvolvimento Ambiental e Social Sustentáveis da América Latina e Caribe; Maria C. Correia, especialista líder em Desenvolvimento Social do Programa Especial de Pesquisa Agrícola da África; e Bernice Van Bronkhorst, consultora do Departamento de Finanças, Setor Privado e Infra-Estrutura da América Latina. A revisão do texto contou, ainda, com a colaboração da brasileira Isabel Ribeiro de Oliveira, professora titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As informações recolhidas têm como base a revisão de literatura publicada e não-publicada sobre gênero no Brasil; revisão de estudos e projetos econômicos e setoriais financiados pelo Banco Mundial nas áreas de saúde, trabalho, pobreza rural e proteção social; dados estatísticos oficiais; visitas de campo por consultoras do Banco Mundial a projetos de desenvolvimento rural no estado da Paraíba; entrevistas com autoridades

governamentais e acadêmicos; representantes da sociedade civil e de organizações de mulheres.

O livro está organizado em três partes: a primeira fornece uma visão geral das questões de gênero e as suas tendências; a segunda resume e discute as implicações e as conclusões principais coletadas pela pesquisa, em relação a seis índices – demográficos (1), de saúde (2), de educação (3), de mercado de trabalho (4), de pobreza e ajuste estrutural (5), e de política (6); e a terceira apresenta uma estratégia de continuidade e faz recomendações setoriais.

A segunda parte do livro, quanto aos índices demográficos (1) do Brasil, mostra um quadro em que o maior número de mulheres e de idosos, sendo a maioria de brancos, está concentrado nas áreas urbanas. Aponta a queda das taxas de fecundidade e de mortalidade e o maior controle da natalidade através do uso de métodos contraceptivos como fatores que contribuem para a alteração da pirâmide demográfica.

Em relação aos índices de saúde (2), são citadas as doenças cardiovasculares e o câncer como as principais causas de morte entre os brasileiros. As autoras alertam ainda que os homens apresentam um número elevado de mortes por causas externas, como acidentes de trânsito e conflitos com armas de fogo; já as mulheres, devido às características anatômico-fisiológicas específicas, são mais vulneráveis à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Alertam também para o crescente número de casos de brasileiros/as contaminados/as pela Aids e identificam que a doença vem se espalhando para além dos grupos tradicionais de risco.

Outro alerta é para o alto índice de mortalidade materna entre as camadas mais pobres da população devido à má qualidade da assistência à saúde das mães, caso de gravidez de risco e abortos em condições inadequadas. Pedem atenção especial às

mulheres indígenas e às trabalhadoras rurais que, expostas a situações de risco, têm recebido tratamentos inadequados. O excesso de consumo de álcool é outra questão preocupante, responsável por 90% das internações de homens em hospitais psiquiátricos e diretamente relacionado ao aumento da violência doméstica.

Conforme dados do relatório, a violência no país está aumentando, com maior incidência dentro das residências. A violência doméstica pode ser classificada em dois tipos: a de adultos contra crianças; e a de homens contra mulheres, ambas envolvendo subordinação e relações de poder. Segundo o relatório, os adultos tendem a minimizar suas ações violentas contra as crianças justificando-as em nome da “boa educação”, o que contribui para a reprodução da violência em diversos setores sociais.

Homens e mulheres são afetados pela violência, criando uma bipolaridade de gênero público/privado. Os dados do relatório informam que os homens tendem a ser mais atingidos por causas externas e atos violentos praticados por conhecidos ou por estranhos fora do âmbito familiar, enquanto as mulheres experimentam a violência dentro da própria casa, praticada pelos pais, por maridos (e ex) e por namorados (e ex). Na maioria dos casos, não ocorre denúncia, exceto em casos mais graves que envolvem risco de morte.

O relatório denuncia também a presença de diversas rotas internacionais de tráfico de mulheres, principalmente de adolescentes negras, pardas e pobres em cidades costeiras. Quanto à população carcerária, há uma maior incidência de homens presos, seguidos por mulheres não-brancas e pobres.

Em relação aos índices de educação (3), o documento chama a atenção para os cuidados que devem ser dispensados no sentido de garantir a continuidade dos estudos aos homens, que tendem a abandonar a escola mais cedo. Por outro lado, cresce o nível de escolaridade entre as mulheres, que já se apresenta superior ao dos homens. Segundo o relatório, as mulheres preferem as áreas humanas e sociais, e os homens, as ciências exatas, associadas a representações tradicionalmente masculinas como objetividade, precisão de resultados e segurança. Essa preferência de homens e mulheres por certas áreas, conforme aponta o relatório, é reforçada pelos livros didáticos que reproduzem preconceitos de gênero. Destaca também a importância de maiores cuidados à organização de creches e à qualidade da educação pré-escolar que, não sendo prioridade

do governo, ficam entregues a iniciativas individuais, com prejuízo para as camadas mais pobres da população.

No mercado de trabalho (4), uma nítida “socialização de gênero” rege a distribuição de cargos, promoções e salários, limitando a ascensão feminina. Apesar dessa tendência, cresce o número de mulheres chefes de família. A dupla jornada de trabalho, um problema a ser resolvido pelas mulheres mais pobres, depende, segundo as informações recolhidas, da maior participação masculina na divisão das tarefas domésticas, o que deixaria as mulheres mais livres para o desenvolvimento profissional.

Conforme dados do relatório, fatores como etnia, idade e nível de escolaridade do chefe de família, o tipo de ocupação, as condições de trabalho e o número de crianças pequenas nos domicílios tendem a influenciar os índices de pobreza da população (5) brasileira. Os negros, chefes de família mais jovens e com menor escolaridade, os trabalhos informais e os agrícolas, e mais que duas crianças pequenas por família, tendem a elevar o nível de pobreza. Em relação ao ajuste estrutural, quando as alterações na macroeconomia afetam o setor da indústria, causam maior desemprego entre os homens e, quando atingem o setor de serviços, afetam mais as mulheres.

O desemprego aparece como uma das principais causas de problemas relativos a auto-estima, depressão, alcoolismo e suicídio, principalmente, entre os homens, pois ameaça o papel de provedor que desempenham socialmente. O aumento do trabalho infantil masculino é um outro efeito da instabilidade econômica que necessita de maior atenção, sendo um dos motivos que levam meninos e meninas ao abandono escolar. Na política (6), ainda é tímida a participação feminina, embora os partidos sejam obrigados a destinar 25% de suas vagas a candidatas.

Na terceira parte desse relatório, as autoras fornecem uma estratégia de continuidade e fazem recomendações setoriais a respeito dos trabalhos de gênero no Brasil. Tendo como ponto de partida a busca pela igualdade entre homens e mulheres, propõem estratégias sobre as questões de gênero que atinjam esse objetivo, nas dimensões referentes a saúde, violência, educação, trabalho, pobreza, flutuações econômicas e redes de proteção social. Desse modo, cabe aqui ressaltar a conceituação de gênero, proposta por esse documento:

é uma construção sociológica relativamente recente, respondendo à necessidade de

diferenciar o sexo biológico de sua tradição social em papéis sociais e expectativas de comportamentos femininos e masculinos, tradução esta demarcada pelas relações de poder entre homens e mulheres vigentes na sociedade (p. XVII).

Na dimensão da saúde reprodutiva, as autoras ressaltam a importância de "incluir a redução da taxa de mortalidade materna, relativamente alta no Brasil, a melhora no acesso ao planejamento familiar para os mais pobres e visar os homens como parceiros nos programas de reprodução e de sexualidade" (p. 153). Na saúde reprodutiva e sexual, desencorajam a esterilização como um método de controle de natalidade, dado que ela pode levar à redução do uso da camisinha, permitindo a transmissão de doenças, entre outros aspectos. Também instigam os epidemiologistas a desenhar melhores programas de controle e prevenção da violência, da depressão e de comportamento de risco. Quanto à saúde dos povos indígenas, chamam a atenção para os grandes problemas pelos quais passam esses grupos, e justificam a criação de um programa que diminua a taxa de mortalidade entre homens e mulheres, para a preservação da riqueza cultural que tais grupos legam ao Brasil.

Dando prosseguimento às dimensões, a violência é o item considerado prioritário para o trabalho relativo a gênero no Brasil, e o sistema educacional, os programas comunitários e a mídia são os principais veículos para a prevenção da saúde. Nesse sentido, o relatório exalta os programas preexistentes no Brasil que tratam das necessidades dos meninos e das meninas de rua em geral e, em particular, daqueles que vivem na prostituição.

No item educação, as autoras fazem duas ressalvas: primeira, no sentido de tentar manter os meninos na escola, impedindo que eles fiquem com índice de escolaridade inferior ao das meninas; segunda, para melhorar a qualidade geral da escola ao reduzir os estereótipos relacionados a gênero transmitidos pela educação. Recomendam investimentos em creches, contribuindo para a melhora no desempenho das crianças e possibilitando à mulher (mãe) trabalhar "fora".

Quanto às questões ligadas ao trabalho, as autoras do relatório afirmam que o Brasil precisa tratar das diferenças salariais persistentes relacionadas a gênero. Outra prioridade é pesquisar se a licença-maternidade contribui ou discrimina ainda mais as mulheres no campo de trabalho. Sugerem que homens e mulheres

possam compartilhar a paternidade, o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas, com o objetivo de libertar as mulheres para a maior participação na força de trabalho e no emprego.

Concluindo, as autoras revelam que a incidência maior de pobreza e vulnerabilidade está entre as famílias com crianças menores de cinco anos de idade, especialmente aquelas encabeçadas por mulheres. Por outro lado, fazem duras repreensões aos modelos utilizados pelo Brasil para captar dados relacionados à indicação do "cabeça" da família, mostrando a inexactidão na descrição de lares típicos da América Latina. Citam, como um modelo a seguir, o exemplo do Banco Mundial realizado no México.

Apesar de objetivar a discussão sobre gênero, verifica-se que o relatório concentrou suas informações sobre as mulheres. Conforme recomendação das próprias autoras, fica a necessidade de um maior aprofundamento sobre características específicas dos homens e os efeitos de gênero sobre eles. Sugerimos que seria bastante válida a inclusão de uma análise em que as autoras pudessem conceituar e diferenciar, com maior precisão, os termos utilizados para a denominação da população não-branca: ora é utilizado o termo "parda", ora "preta", ora "negra". Recomendamos o emprego da palavra "negra" por referir-se a etnia, e não a cor, a fim de evitar uma possível conotação discriminatória.

Trata-se de um trabalho que documenta as questões de gênero no Brasil e que está amparado em dados coletados por uma grande e fidedigna instituição, porém, observamos que as autoras ainda apresentam alguma cautela ao fazer recomendações estratégicas à continuidade de programas ligados a gênero. Nesse sentido, sugerimos que uma possível revisão desse documento acrescente mais comentários em forma de uma análise aprofundada sobre os efeitos das representações sociais relativas a cada tendência apresentada. À luz de uma avaliação geral, o relatório vem prestar um relevante serviço aos pesquisadores da área de gênero.

Sandra Bellas de Romariz ■
Universidade Gama Filho

Simone M. F. Gomes ■
Universidade Salgado de Oliveira

Sebastião Votre ■
Universidade Gama Filho